

Modos de produção na América Latina: debate entre Rodolfo Puiggrós e André Gunder Frank

- parte 2 -

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.164.010>

rodolfo puiggrós*

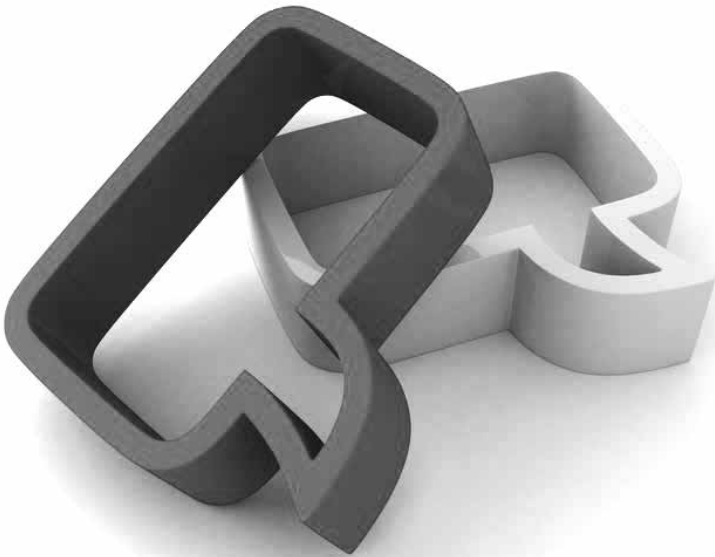
André Gunder Frank**

Princípios publica, na seção “Diálogos & debates”, a segunda parte da discussão sobre modos de produção na América Latina travada entre o politólogo argentino Rodolfo Puiggrós e o economista alemão André Gunder Frank. O debate, ora veiculado em tradução inédita, ocorreu por meio de artigos apresentados em 1965 nas páginas de “El Gallo Ilustrado”, caderno semanal do jornal mexicano El Día. A primeira parte do debate, publicada na edição anterior da revista, foi antecedida de uma breve introdução explicativa do historiador e economista argentino Sergio Friedemann.

O conteúdo completo apresentado ao leitor compreende os seguintes itens:

- I. Introdução ao debate (Friedemann)
- II. Os modos de produção na América Ibérica (Puiggrós)
- III. Com quais modos de produção a galinha converte o milho em ovos de ouro? (Frank)
 - IV. Diálogo entre surdos? (Puiggrós)
 - V. Modesta resposta (Frank)
 - VI. Errando, *corrigitur error* (Puiggrós)

Nesta edição serão publicadas a réplica de Puiggrós (item IV) e as intervenções seguintes de ambos os interlocutores (itens V e VI).



IV DIÁLOGO ENTRE SURDOS?

Rodolfo Puiggrós

O dr. André Gunder Frank se sente destinatário do meu artigo publicado em “El Gallo Ilustrado” de 17 de outubro. Define-me amavelmente como seu “honrado e feroz adversário”, título lisonjeiro, ainda que sem fundamento, pois não me recorde de tê-lo citado nem uma só vez em “Os modos de produção na América Ibérica”. Talvez tenha acreditado enxergar-se nas entrelinhas. É uma “ilusão ótica e mental”. Lembrei-me, na verdade, dos sábios e modestos pesquisadores das origens das sociedades do nosso continente e me preocupei em destacar o que me parece uma grave limitação em decorrência da qual malogram muitos deles: a concepção e o método positivistas no estudo dos fenômenos sociais. Agrada-me, no entanto, que o dr. Frank tenha corrigido a omissão de seu nome e assumido de fato a defesa dos cultivadores da “fatologia”. Devo esclarecer, antes de tudo, que “o aviso e o desafio” não chegam ao extremo de consentir em um diálogo entre surdos ou na utilização do método Ollendorff (Pergunta: Quem descobriu a América? Resposta: Minha mamãe se chama Joana), para o que me convidou o dr. Frank. Na sua refutação, não dedica uma só linha aos modos de produção, com exceção do título espirituoso (“Com quais modos de produção a galinha converte o milho em ovos de ouro?”), e o faz em tom burlesco, bastante de acordo com sua negativa em analisar os regimes sociais em sua interioridade e com sua tendência de seguir o caminho das relações puramente externas a eles e entre eles.

O dr. Frank inicia sua polêmica com uma aporia *à la* Zenão de Eleia, a aporia dos pontos, das linhas e segmentos que aprendemos na escola primária. Propõe-se a demonstrar, como o filósofo grego, o motivo do absurdo: Aquiles, o dos pés ligeiros,

Se fosse verdade que o capitalismo equivale à troca de produtos, Marx teria se equivocado ao fixar “a chamada acumulação capitalista” em tempos bastante modernos, e então o primeiro capitalista seria Esaú, por ter vendido sua herança para Jacó em troca de um prato de lentilhas

não alcançará jamais a tartaruga se esta tiver uma vantagem mínima. Não encontro melhor resposta que a de Diógenes: o movimento se mostra andando.

Não é a única coincidência do nosso adversário com o discípulo do metafísico Parmênides. Ele também acredita que tudo parte de um *ente* ou *ser* imóvel, o qual chama de “sistema mundial”. Escreve: “a problemática latino-americana tem de partir do sistema mundial que a cria e sair da autoimposta ilusão ótica e mental do marco ibero-americano ou nacional”. Não poderia ter definido com maior exatidão o abismo que nos separa: o dr. Frank parte do “sistema mundial” e nós partimos dos modos de produção criados na América Ibérica com a colonização hispano-portuguesa. Seu ponto de vista é o da mentalidade colonial — mentalidade metafísica — que vê nas sociedades latino-americanas meros reflexos da Europa, dos Estados Unidos ou dos países socialistas, cujo destino está unido desde a origem a causas externas decisivas.

O capitalismo viria a ser, assim, o motor externo aristotélico que criou nossas sociedades, mas, se não estamos errados, esse motor ainda não havia começado a funcionar no século da conquista colonizadora da nossa América. A primeira revolução da burguesia, a inglesa, ocorreu em meados do século XVII, e na Espanha, coincidindo com as iniciativas de Cortés e Pizarro, a reação feudal (o que eram os grandes de Castela e o império de Carlos V?) destruía os primeiros suspiros de capitalismo na península. Dói-me dizer ao professor Frank que ele empregou um procedimento desleal nas polêmicas, talvez inspirado naquela frase de Voltaire: “Dê-me o Pai Nosso em pedaços e eu demonstrarei que cada pedaço é uma heresia.” Para adaptar meu pensamento ao seu, reproduz as seguintes partes do meu artigo: “A burguesia comercial das cidades manufatureiras da Espanha e da Itália descobriu a América.” “Não foram os senhores de Castela, não foi o feudalismo. É conhecida a oposição deles à iniciativa de Colombo.” E esqueceu no tinteiro, ou entre as teclas da máquina, esta continuação:

Mas essa burguesia comercial era impotente pela sua própria natureza de classe e pelos seus escassos recursos para executar a tarefa magna de ocupar e colonizar um grande continente. A conquista colonizadora da nossa América tinha de ser militar e religiosa, e se sustentar na maior potência do final do século XV, o reino de Castela.



O politólogo argentino Rodolfo Puiggrós (1906-1980)

Colombo e seus financiadores não tardaram a ser substituídos por aqueles que antes combatiam seus projetos de expedição ao Ocidente.

A contradição entre o descobrimento da América pela burguesia comercial mediterrânea e a conquista colonizadora da América pelo decadente feudalismo ibérico é o centro da minha tese. Para o dr. Frank, isso não parece merecer nenhuma importância. Ele aponta o “sistema mundial” (qual era o “sistema mundial” do século XVI?) como causa única geradora de nossas sociedades e ignora a simbiose entre o regime importado e as sociedades preexistentes.

Como contempla nossas sociedades a partir do exterior, afirma que “a agricultura açucareira do Brasil” era capitalista (igual à “das ilhas do Caribe, como Barbados, St. Dominique, Cuba e outros”), porque “nasceu ‘em função da venda ao mercado’”, e se esquece do que estava acontecendo lá dentro, ou seja, do modo de produção escravista. Toda a América Ibérica é para ele desde o começo capitalista, sem se modificarem as características originais ou a divisão e servidão dos índios, nem a escravidão dos negros, nem os modos de produção, nem os costumes, nem a ideologia, nem as relações de classe, nem o tipo de Estado, nem nada das estruturas internas.

Pedimos desculpas ao dr. Frank por repetir que ele confunde economia mercantil com capitalismo. Os ibéricos não vieram ao Novo Mundo com os alforjes cheios de maravilhas; importaram animais domésticos, vegetais e instrumentos de produção, como fizeram os gregos vários séculos antes de Cristo nas colônias que fundaram na Ásia Menor. Não estabeleceram entre o colonizador e o indígena uma relação objetiva de tipo capitalista, mas vínculos particulares de servidão. E, se eles levaram montanhas de metais preciosos e saquearam os astecas e os incas, os romanos não foram mais criteriosos quando espalharam seu império por três continentes.

Se fosse verdade que o capitalismo equivale à troca de produtos, Marx teria se equivocado ao fixar “a chamada acumulação capitalista” em tempos bastante modernos, e então o primeiro capitalista seria Esaú, por ter vendido sua herança para Jacó em troca de um prato de lentilhas.

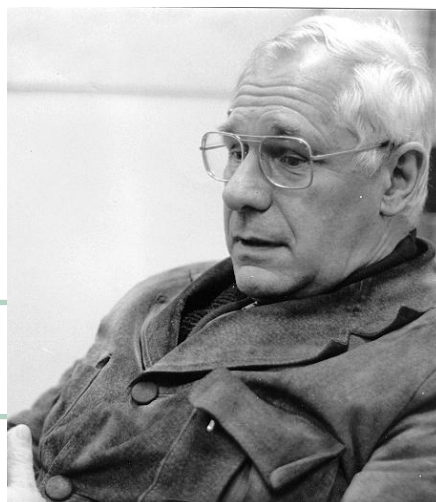


Pintura a óleo do século XVIII, parte da série “Conquista do México”, da Biblioteca do Congresso dos EUA, mostra o conquistador espanhol Hernán Cortés aos portões de Tenochtitlán, capital do Império Asteca

Diz-nos o dr. Frank que o capital era acumulado na América Ibérica e investido na Europa. Estamos totalmente de acordo. Também concordamos que tal foi a característica da “expansão mundial do sistema mercantil da época colonial”. Mas o que se discute é o modo de produção da América Ibérica, e não o “sistema mundial” que se aproveitava do atraso desse modo de produção.

Diz-nos o dr. Frank que existiam capitalistas e operários “em ambos os lados do Atlântico, especialmente capitalistas europeus usando capital ibero-americano”. É possível que, com uma poderosa lupa, e dedicando-nos à caça às pulgas nas costas de dois elefantes monstruosos, descobramos capitalistas e operários na Península Ibérica e no nosso continente à época do nascimento de nossas sociedades. Decerto não foram muitos, pois o ilustre imperador da Espanha e das Índias e seu devoto sucessor se dedicaram, com avidez mística, a caçar não pulgas, mas burgueses em toda a península, e os investidores capitalistas hispânicos nas ilhas e em terra firme, desde o México até o Rio da Prata, brilhavam por sua ausência.

Nem sequer no título inquisidor de seu artigo o dr. Frank definiu os modos de produção da América Ibérica. Limitou-se a expor um panorama da economia mercantil, como se essa economia mercantil já fosse uma economia capitalista consolidada.



O economista alemão
André Gunder Frank
(1929 - 2005)

V MODESTA RESPOSTA

André Gunder Frank

Em um debate sobre o socialismo travado entre o marxista estadunidense Paul Sweezy e Milton Friedman, principal assessor econômico do senador Goldwater em sua campanha presidencial, Sweezy iniciou assim a sua fala: “Considerando a experiência e o renomado brilho do meu adversário nos debates, peço ao público que julgue a verdade não pela forma da argumentação, na qual ele me supera, mas pelo conteúdo do argumento”. A experiência, evidentemente, me obriga a suplicar o mesmo ao leitor.

Minha pouca experiência jornalística e em debates já me obrigou a eliminar, entre outras, as seguintes frases da minha última intervenção nestas páginas:

Cuidaremos de não cair no mais recorrente erro que — segundo Puiggrós — é o de confundir economia mercantil com capitalismo. No entanto, tampouco descuidaremos, como faz o sr. Puiggrós, dos efeitos que teve e segue tendo o comércio tanto internacional como nacional ao impulsionar e determinar os modos de produção na agora raquítica e subdesenvolvida América Ibérica, e na agora capitalista e desenvolvida metrópole.

Assim procedi. Ainda que, segundo as palavras do sr. Puiggrós, eu tenha partido dos modos de produção, e em seu diálogo “surdo” afirme que não lhes dediquei nem uma linha, empenhei-me durante todo o artigo em estudar e mostrar *como os modos de produção foram formados e determinados*. Ainda que o sr. Puiggrós não tenha notado, vimos como e por que os modos de produção na “interioridade” das *haciendas* foram formados e transformados segundo as necessidades e vicissitudes do mercado e seus integrantes, principalmente latifundiários e comerciantes. O *como*, mostrou-o o historiador Mario Góngora, quando assinalou que a demanda pelos produtos da

A realidade dialética da história e da atualidade é que os modos e sobretudo as formas de produção no interior da *hacienda*, bem como o desenvolvimento e as flutuações na interioridade do mercado, são intimamente vinculados entre si. Portanto, qualquer tentativa de compreender isoladamente uns e outros está condenada ao fracasso

terra chilena converteu seus produtores livres em peões “feudais”. O *porquê*, explicou de forma clara e alarmante o porfiriano Lauro Viadas, quando corretamente atribuiu ao estado da agricultura da sua e outras épocas o alto preço da terra ou de seus produtos, e o baixo preço da mão de obra. Foi apenas a falta de espaço que me impediu de explicar também por que e como os camponeses em Morelos, de Zapata, arrendaram ou venderam suas próprias terras para depois trabalhar nelas como peões “feudais” de arrendatários em cada época do auge açucareiro dos séculos XVIII e XIX, e novamente em nossos dias.

O fato de o mercado se mostrar geograficamente mais amplo que a *hacienda* e seu modo de produção não implica que este seja “interno” e aquele, “externo”, a menos que num sentido mais mecânico ou metafísico. A realidade dialética da história e da atualidade é que os modos e sobretudo as formas de produção no interior da *hacienda*, bem como o desenvolvimento e as flutuações na interioridade do mercado, são intimamente vinculados entre si. Portanto, qualquer tentativa de compreender isoladamente uns e outros está condenada ao fracasso. Essa questão seguramente escapa ao sr. Puiggrós, cuja intenção é partir da questão fundamental. Como lhe sugerem tanto o estudo dos modos de produção quanto a solução do problema dos nove pontos, essa questão reside justamente em conhecer para poder mudar a dinâmica determinante da entidade social relevante.

Tendo em vista que, aparentemente, não interessam ao sr. Puiggrós os fatos assinalados, e dado que não sou abençoado pela sofisticação nem pelo sofisma grego, recorrerei à ajuda de um compatriota meu cuja autoridade o sr. Puiggrós parece reconhecer quando leciona “Teoria econômica e social marxista” na Universidade Nacional Autônoma do México. O sr. Puiggrós pergunta: “Qual era o ‘sistema mundial’ do século XVI”, que gerou nossas sociedades? No volume I de *O Capital*, o investigador alemão responde: “A história moderna do capital(ismo) começa com a criação, no século XVI, de um comércio e um mercado mundiais”. O sr. Puiggrós se interessa pelo que acontecia dentro das colônias como as do Brasil e do Caribe, ou seja, o modo de



Los ingenios de la isla de Cuba. Coleção de litogravuras de Eduardo Laplante sobre os principais engenhos de açúcar em Cuba, 1857

produção escravista. No volume II de *História crítica da teoria da mais-valia*, do mesmo autor explanado pelo sr. Puiggrós, lemos:

Na segunda categoria de colônias — as *plantations*, que são, desde o momento de sua criação, especulações comerciais, centros de produção para o mercado mundial —, existe um regime de produção capitalista, ainda que apenas de modo formal, tendo em vista que a escravidão dos negros exclui o trabalho livre assalariado, que é a base sobre a qual reside a produção capitalista. São, contudo, capitalistas aqueles que dirigem o negócio do tráfico negreiro. O sistema de produção introduzido por eles não provém da escravidão, mas se insere nela. Nesse caso, [...] o capitalista e o latifundiário são uma mesma pessoa.

No que se refere à servidão, com que se preocupa Puiggrós, embora não a explique, Engels, colaborador de seu mestre, observou em “Die Mark” que a partir do século XV na Europa ocidental os senhores converteram os servos em camponeses livres, e que “a era capitalista no campo é iniciada por um período de agricultura de larga escala, baseada no trabalho servil”, e que na Europa Oriental, onde também já surgira um campesinato relativamente livre, o segundo avassalamento dos camponeses originou-se e cresceu em função do desenvolvimento de um mercado de exportação para os produtos agrícolas.

Por outro lado, tomando as formas pelo modo e sistema de produção, associando o pagamento em espécie ao feudalismo e o pagamento em dinheiro ao capitalismo, como parece fazer o sr. Puiggrós, ele nos diria que as minas endividadas eram e são feudais, mas que o capitalismo surgiu na América Ibérica (para voltar a desaparecer) quando em 1532 se substituiu o tributo ou imposto indígena, porque “agora parece que em alguns povos da Nova Espanha querem mais milho e cobertores para contratar, e cedem de melhor vontade o ouro, porque nas suas negociações ganham para o tributo e para sua manutenção”, ou quando em 1784 o *visitador* Gálvez se queixou do

abuso que tinha início ao se fornecerem aos trabalhadores das *haciendas* as rações habituais em dinheiro [...] e não era justo que [...] um trabalhador miserável fosse enganado, com grande parte da remuneração do seu trabalho feita em reais (de prata), talvez metade ou um pouco mais do que a compensação em sementes importaria, para lucrar com o preço que a escassez lhes dá”,

assim como quanto mais inflação há hoje na América Ibérica, tanto mais os *hacendados* pagam seus peões com dinheiro desvalorizado, mas “capitalista”, em vez da valorizada espécie “feudal”.

Na sua introdução à edição inglesa de “Formações econômicas pré-capitalistas”, de Marx, cuja publicação parcial em “El Gallo Ilustrado” abriu todo este debate, Eric Hobsbawm relembra: “A distinção entre modos de produção que são caracterizados por certas relações e as ‘formas’ de tais relações, que podem existir em uma variedade de épocas e ambientes socioeconômicos, já está implícita no antigo pensamento marxista.” Logo, não é de estranhar que alguns marxistas ou modestos pesquisadores do subdesenvolvimento, como o que escreve estas linhas, não necessitem de lupas para reconhecer a presença desses fatos na América Ibérica, ainda que outros teóricos do marxismo não os queiram ver, nem, talvez, ter a ver com sua superação.

VI ERRANDO, *CORRIGITUR ERROR*¹

Rodolfo Puiggrós

Poderíamos colocar um ponto-final na polêmica com o dr. André Gunder Frank, compatriota e admirador de Karl Marx, se sua alusão às minhas responsabilidades docentes não me obrigasse a pontuar algumas questões confusas do tema em discussão.

1. O dr. Frank parece entender que associo “o pagamento em espécie com feudalismo” e “o pagamento em dinheiro com capitalismo”. Se tivesse lido meu livro *Génesis y desarrollo del feudalismo*² — que tive o prazer de lhe dar —, não imputaria a mim tamanha ingenuidade antidialética. Distingo no

¹ N. do T.: “Errando, corrige-se o erro”.

² PUIGGRÓS, Rodolfo. *Génesis y desarrollo del feudalismo*. México: Trillas, 1965.

Estamos discutindo o modo de produção na América Ibérica colonial e não a “biografia moderna do capital”, que não começou na Espanha, nem em Portugal, nem em suas colônias, ainda que estas tenham sido, com as limitações às quais foram condenadas pelo monopólio mercantil metropolitano, fatores externos da acumulação primitiva de capital

feudalismo *européu* duas etapas: a agrícola e a mercantil. Na segunda se desenvolvem as relações de dinheiro e de mercado que tendem a orientar as economias dos feudos para a venda, sem destruir seus característicos modos de produção. Ainda que o pagamento em espécie seja típico do feudalismo, ele pode ocorrer no capitalismo, assim como o pagamento em dinheiro no feudalismo. Marx assinala isso em *O Capital*³, quando diz que “a renda em espécie procedente da economia natural da Idade Média se acomoda por inteiro às condições do regime capitalista de produção” e “é transposta aos tempos modernos”.

2. O caráter feudal ou capitalista do modo de produção não provém da forma de pagamento (em espécie ou em dinheiro), e tampouco de suas conexões com o mercado. É definido pelas relações de classe. No Brasil, no sul dos Estados Unidos e nas Antilhas, o modo de produção era escravista, ainda que os donos das terras e dos escravos — por compra, herança ou expropriação — fossem capitalistas em busca de lucros com a venda dos produtos do trabalho escravista. Na maior parte da América Ibérica, preponderava durante o período colonial o modo de produção feudal, sob o regime servil específico dos índios *encomendados*, tanto nas unidades socioeconômicas de subsistência como nos casos em que essas unidades colocaram excedentes no mercado, e nas *plantations* — se nos ativermos à citação de Marx que o dr. Frank teve a bondade de nos prover em prol de nossa tese — o regime de produção capitalista só existia “de um modo formal”, pois se “inseria” na escravidão, ou seja, no modo de produção escravista.
3. Marx assinala, contudo, que “a biografia moderna do capital começa no

³ MARX, Karl. *El Capital*: crítica de la economía política. México: Fondo de Cultura Económica, 1959. v. III, p. 729-730.

século XVI, com o comércio e mercado mundiais”⁴, mas ele não diz, nem poderia dizer sem violar a verdade histórica, que a colonização ibérica gerou modos de produção capitalistas em nossos países. Na Ásia e na África, a expansão do comércio e a formação do mercado mundial capitalista encontraram modos de produção preexistentes que não eram capitalistas, e seria absurdo supor que bastou a presença de um comerciante europeu na China, na Índia ou no Congo para que seus modos de produção se transformassem automaticamente em pares dos da Grã-Bretanha. Na América Ibérica, os modos de produção não foram *criados* pelo comércio e mercado mundiais, mas pela conquista colonizadora espanhola. O dr. Frank esquece duas verdades elementares: que na “biografia moderna do capital”, a partir do século XVI, a Espanha não figura como protagonista, e que o capitalismo se “inseriu” na América Ibérica em modos de produção que ele não havia gerado. Os conflitos entre a estagnada Espanha e a Grã-Bretanha da primeira revolução burguesa e da primeira revolução industrial, que abarcaram quase todo o século XVIII, resultavam precisamente do fato de que o Império Espanhol (a metrópole e, sobretudo, suas colônias) era um obstáculo à expansão do comércio e do mercado mundiais, expansão que estava a cargo dos ingleses e não dos espanhóis.

4. Está claro que o modo de produção e o mercado estão “intimamente relacionados entre si”, como explica muito bem o dr. Frank. Não cabe a menor dúvida dessa interação. No entanto, permitimo-nos fazer duas observações:
 - a) é equivocado apresentar a totalidade da América Ibérica colonial como uma imensa fábrica produtora de mercadorias para o mercado mundial, tendo em vista que a maior parte dela vivia numa economia de subsistência, sem sequer mercado nacional (ou do vice-reino ou regional) e com raquíticos mercados locais;
 - b) o mercado não cria sempre o modo de produção, pois o modo de produção é geralmente anterior ao mercado, e no caso de um modo de produção ser gerado por meio de investimentos capitalistas externos, é aquele que garantirá a estes o máximo dos ganhos. Os investimentos de capital na América Ibérica dos tempos da Colônia não reproduziram o modo de produção que dividia a sociedade em capitalistas e trabalhadores assalariados; os superlucros foram obtidos do trabalho dos índios e dos negros em plantações, fábricas e minas. O dr. Frank confunde o modo de produção (escravista, feudal) com o sistema mundial (capitalista), que dele se aproveitava para extrair de seu atraso lucros maiores que os da exploração do trabalho assalariado. Da mesma forma que um lorde inglês, descendente direto do rei Artur e respeitoso de centenárias tradições, um latifundiário é capitalista e não senhor feudal se tiver em

⁴ Ibid., v. I, p. 103.

seus domínios trabalhadores assalariados e arrendatários que lhe pagam rigorosamente suas rendas. Um senhor capitalista que comprava escravos e os fazia trabalhar como escravos ou um *encomendero* que recebia índios para “salvar suas almas” em duas gerações (que se prolongavam *in aeterno*) não modificavam o modo de produção escravista ou feudal pelo fato de nele investirem capital.

Porque, segundo entendo, estamos discutindo o modo de produção na América Ibérica colonial e não a “biografia moderna do capital”, que não começou na Espanha, nem em Portugal, nem em suas colônias, ainda que estas tenham sido, com as limitações às quais foram condenadas pelo monopólio mercantil metropolitano, fatores externos da acumulação primitiva de capital.

Seria descortês não expressar ao dr. Frank meu agradecimento por sua referência à “experiência e renomado brilho” do adversário. Não o faço em nome do “principal assessor do senador Goldwater”, personagem com o qual não tenho nenhum laço afetivo nem intelectual, mas para destacar que a opacidade não é prova de bons argumentos.

* Politólogo argentino contemporâneo, doutor em Ciências Sociais e professor e pesquisador da Universidade de Buenos Aires (UBA).

** Economista e sociólogo alemão.

Tradução: Tiago Soares Nogara.